



Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat | Resultados do 3º trimestre de 2014

Cuiabá, 14 de novembro de 2014 - A Administração das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat ("Cemat" ou "Companhia") apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T14) e dos primeiros nove meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Cemat é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.258 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,0 milhões de habitantes em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, em uma área de 903.358 Km². A Cemat é uma empresa do Grupo Energisa, que assumiu o seu controle acionário indireto em 11 de abril de 2014.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em nove meses de 2014 e 2013:

Descrição	9M14	9M13	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	2.909,4	2.441,6	+ 19,2
Receita Operacional Líquida	2.053,7	1.722,9	+ 19,2
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	1.834,6	1.470,6	+ 24,8
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	164,0	(117,0)	-
EBITDA	257,9	(24,3)	-
EBITDA Ajustado	277,7	(5,8)	-
Resultado Financeiro	(160,0)	(157,7)	+ 1,5
Lucro Líquido	(0,9)	(257,4)	- 99,6
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	13,5	- 0,3	+ 13,8 p.p
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.258,6	1.207,3	+ 4,2
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	4.877,2	4.506,4	+ 8,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	5.849,3	5.445,0	+ 7,4
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,2	15,8	- 1,6 p.p
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
	30/09/2014	31/12/2013	
Ativo Total	4.048,7	3.613,8	+ 12,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	557,4	128,0	+ 335,5
Patrimônio Líquido	1.224,7	816,9	+ 49,9
Endividamento Líquido	1.338,9	1.297,6	+ 3,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

Em 9M14, a Cemat apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 2.690,3 milhões, ante R\$ 2.189,3 milhões registrados em 9M13, que representa um aumento de 22,9% (ou R\$ 501,0 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 24,8% (R\$ 364,1 milhões) no período, para R\$ 1.834,7 milhões.

Já no 3T14, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, apresentou aumento de 34,9% em relação ao 3T13. A composição desse crescimento é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	831,2	682,5	+ 21,8	2.243,4	1.983,8	+ 13,1
✓ Residencial	291,0	229,5	+ 26,8	814,9	711,6	+ 14,5
✓ Industrial	159,2	146,5	+ 8,7	414,9	383,6	+ 8,2
✓ Comercial	206,2	167,4	+ 23,2	577,4	512,4	+ 12,7
✓ Rural	95,7	75,6	+ 26,6	223,7	186,0	+ 20,3
✓ Outras classes	79,1	63,5	+ 24,6	212,5	190,2	+ 11,7
(+) Suprimento de energia elétrica	31,0	(10,1)	-	153,2	72,2	+ 112,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	11,7	10,3	+ 13,6	29,5	(18,7)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	38,9	9,2	+ 322,8	103,0	65,7	+ 56,8
(+) Receitas de construção	90,8	129,8	- 30,0	219,1	252,3	- 13,2
(+) Outras receitas	50,3	38,7	+ 30,0	161,1	86,2	+ 86,9
(=) Subtotal 1 - Receita bruta	1.053,7	860,4	+ 22,5	2.909,4	2.441,6	+ 19,2
(-) Impostos sobre vendas	(293,9)	(235,5)	+ 24,8	(803,3)	(684,2)	+ 17,4
(-) Encargos setoriais	(15,5)	(9,9)	+ 56,6	(42,9)	(28,3)	+ 51,6
(-) Receita de Ultrapassagem de Demanda	(3,6)	(3,3)	+ 9,1	(9,5)	(6,2)	+ 53,2
(=) Subtotal 2 - Receita líquida	740,7	611,8	+ 21,1	2.053,7	1.722,9	+ 19,2
(-) Receitas de construção	(90,8)	(129,8)	- 30,0	(219,1)	(252,3)	- 13,2
(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção	650,0	481,9	+ 34,9	1.834,7	1.470,6	+ 24,8

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Acréscimo de 51.287 novos consumidores e crescimento de 8,2% (aumento de 10,4 % no 3T14) das vendas de energia elétrica no mercado cativo (vide item 3.1 deste comentário de desempenho);
- Aumento tarifário médio de 16,62%, concedido através da resolução homologatória nº 1.704/2014 e Notas Técnicas nºs 104/2014 e 114/2014, que entraram em vigor a partir de 08/04/2014;
- Crescimento de 112,1% no 3T14 nas receitas oriundas de venda de energia no mercado de curto prazo (suprimento de energia), em função do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio estar elevado devido ao maior acionamento das usinas térmicas.

2.2 - Despesas operacionais

Em 9M14, as despesas operacionais, desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$ 1.670,7 milhões, aumento de 5,2% (R\$ 83,2 milhões) em relação aos 9M13. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi de 1,3% (R\$ 3,9 milhões). Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 205,0 milhões no período, um incremento de 21,4%.

No 3T14, as despesas operacionais, também desconsiderando os custos de construção, reduziram 4,8% (R\$ 27,8 milhões). Entretanto, as despesas não controláveis de compra de energia e transporte aumentaram 49,3% (R\$ 140,7 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. em R\$ milhões	9M14	9M13	Var. em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	98,0	106,4	- 8,4	305,6	301,7	+ 3,9
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	28,4	33,2	- 4,8	107,6	108,9	- 1,7
1.2 - Material	9,8	10,1	- 0,4	28,0	30,3	- 2,3
1.3 - Serviços de terceiros	59,8	63,1	- 3,3	170,0	162,5	+ 7,6
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	425,6	285,0	+ 140,7	1.160,9	955,9	+ 205,0
3 - Depreciação e amortização	29,2	28,8	+ 0,4	86,2	85,7	+ 0,5
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(35,3)	116,9	-152,2	34,3	200,5	- 166,2
5 - Outras despesas/receitas	27,8	36,0	- 8,2	83,6	43,7	+ 39,9
Subtotal	545,3	573,0	- 27,8	1.670,7	1.587,5	+ 83,2
6 - Custo de construção (*)	90,8	129,8	- 39,1	219,1	252,3	-33,2
Total	636,0	702,9	- 66,8	1.889,8	1.839,9	+ 49,9

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual a receita de construção.

Dentre os fatores que impactaram as despesas se destacam:

- Crescimento de 21,4% (49,3% no 3T14) nos custos de energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso do sistema proveniente da aquisição de energia nova através do leilão 2013/2027;
- Redução de 56,8% nos reembolsos de energia térmica (de R\$ 40,3 milhões para R\$ 17,4 milhões) no montante da subvenção recebida no comparativo com o mesmo período de 2013, em função da redução dos custos com geração térmica após a interligação ao sistema nacional da região atendida pela Usina Térmica de Comodoro que ocorreu no mês de outubro de 2013.

2.3 - Resultado e geração de caixa

No 3T14, a Cemat registrou lucro líquido de R\$ 15,1 milhões (R\$ 0,09 por ação do capital social), contra um prejuízo de R\$ 136,0 milhões registrados em igual período do ano passado. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 143,8 milhões no trimestre, contra os R\$ 54,5 milhões negativos apurados no 3T13. Esse desempenho no trimestre deve-se, principalmente, aos fatores já mencionados no item 2.1 acima, aliado à redução das despesas operacionais no período.

Com o resultado apurado no 3T14, foi possível à Cemat registrar uma redução de 99,7% no prejuízo acumulado em nove meses de 2014, que passou de R\$ 257,4 milhões negativos em 9M13 para R\$ 0,9 milhão negativos em 9M14.

Apresenta-se a seguir os resultados e a geração de caixa da Companhia nos períodos mencionados:

Composição da geração de caixa (EBITDA) Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
(=) Lucro Líquido	15,1	(136,0)	-	(0,9)	(257,4)	- 99,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(13,0)	3,3	-	(4,9)	17,3	-
(-) Resultado financeiro	(76,6)	(48,1)	+ 59,3	(160,0)	(157,7)	+ 1,5
(-) Depreciação e amortização (*)	(31,8)	(31,0)	+ 2,6	(93,9)	(92,7)	+ 1,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	136,5	(60,2)	-	257,9	(24,3)	-
(+) Receita de acréscimos moratórios	7,3	5,7	+ 28,1	19,8	18,4	+ 7,6
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	143,8	(54,5)	-	277,7	(5,9)	-
Margem do EBITDA Ajustado (%)	19,4	- 8,9	+ 28,3 p.p	13,5	- 0,3	+ 13,8 p.p

(*) Exclui os créditos de PIS e Cofins (R\$ 7,7 milhões em 9M14 e R\$ 7,0 milhões em 9M13).

2.4 - Reajuste tarifário

Em 8 de abril de 2014, foi concedido à Cemat reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 16,62% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em nove meses de 2014 foi apurado o montante de R\$ 19,6 milhões para a Cemat. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Cemat pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 86,2 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

Em nove meses de 2014 (9M14), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Cemat, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 5.793,2 GWh (2.069,5 GWh no 3T14), incremento de 6,2% (aumento de 8,3% no 3T14) em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes industrial e residencial, que cresceram 11,5% e 9,5%, respectivamente, no período. A energia total distribuída em 9M14 foi de 5.849,3 GWh, ante os 5.445,0 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T14	3T13	Var. %	9M14	9M13	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	1.755,6	1.590,8	+ 10,4	4.877,2	4.506,4	+ 8,2
✓ Residencial	592,9	527,9	+ 12,3	1.737,9	1.586,4	+ 9,5
✓ Industrial	273,7	244,2	+ 12,1	721,5	647,0	+ 11,5
✓ Comercial	381,3	347,4	+ 9,8	1.122,1	1.048,3	+ 7,0
✓ Rural	297,1	276,9	+ 7,3	691,3	658,7	+ 4,9
✓ Outras Classes	210,6	194,4	+ 8,3	604,4	566,0	+ 6,8
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	314,5	320,3	- 2,0	916,0	947,4	- 3,3
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	2.070,1	1.911,2	+ 8,3	5.793,2	5.453,8	+ 6,2
4) Suprimento de energia e não faturado	(58,2)	(282,7)	- 79,4	56,1	(8,8)	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	2.011,9	1.628,5	+ 11,9	5.849,3	5.445,0	+ 7,4

A Cemat encerrou os primeiros nove meses de 2014 com 1.258.578 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,3% superior à registrada no fim de setembro de 2013. Já o número de consumidores livres totalizou 91 em setembro de 2014.

3.2 - Perdas de energia

A Cemat deu início, após a aquisição do controle acionário pelo Grupo Energisa, às ações gerenciais de aperfeiçoamento das fiscalizações das unidades consumidoras das suas distribuidoras, visando o combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica. Nos últimos doze meses findos em setembro de 2014, as perdas de energia da Cemat se situaram em 14,2%, contra 15,8% nos doze meses encerrados em setembro de 2013, o que representa redução de 1,6 pontos percentuais.

4 - Estrutura de capital

4.1 - Caixa e perfil da dívida

A Cemat iniciou no segundo trimestre de 2014 um processo de melhoria da sua estrutura de capital e perfil de dívida, por intermédio de emissão de ações, debêntures e CCBs, que foram concluídas em junho.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Cemat apresentou aumento de R\$ 429,3 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2013. Essa evolução decorre, basicamente, das operações acima mencionadas.

Conseqüentemente, a dívida líquida da Cemat, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamentos de impostos e fundo de pensão passou de R\$ 1.338,9 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.338,8 milhões em 30 de setembro de 2014.

As dívidas de curto e longo prazo da Cemat em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	547,6	709,9
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	182,1	399,6
Debêntures	65,8	191,8
Encargos de dívidas	60,1	54,0
Parcelamento de impostos	70,2	64,3
Parcelamento de Eletrobras (taxas reg. e Itaipu)	168,7	-
Déficit atuarial	0,7	0,2
Longo Prazo	1.348,6	757,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	331,5	539,6
Debêntures	447,1	96,0
Parcelamento de impostos	50,3	106,5
Parcelamento de Eletrobras (taxas reg. e Itaipu)	501,9	-
Déficit atuarial	17,8	14,9
Total das dívidas	1.896,2	1.466,9
(-) Disponibilidades financeiras	557,4	128,0
Total das dívidas líquidas	1.338,8	1.338,9

4.2 - Cemat obtém financiamento de R\$ 351,4 milhões para investimentos

A CEMAT celebrou instrumento particular denominado "Contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças" no valor de R\$ 351,4 milhões, na modalidade de FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) com vigência de 20 anos. A amortização será em 180 meses com carência de 60 meses. A regra de valoração adotada foi a Taxa Referencial (TR) mais 7% ao ano. O fundo

tem como administradora a Caixa Econômica Federal e o Itaú Unibanco S.A. como custodiante e agente centralizador de recebimentos. Os recursos foram recebidos em 10 de outubro de 2014 e se destinam a investimentos no setor elétrico.

5 - Investimentos

Em nove meses de 2014, os investimentos da Cemat totalizaram R\$ 183,7 milhões, ante os R\$ 112,6 milhões registrados em 9M13, assim distribuídos:

	Período		
	9M14	9M13	Variação %
Redes de Distribuição	56,1	45,5	+ 23,3
Medidores e Ramais de Serviço	47,2	15,3	+ 208,5
Subestações	21,7	25,9	- 16,2
Linhas de Distribuição em Alta Tensão	13,0	12,3	+ 5,7
Universalização / LPT (Incorporação Rede)	35,7	7,7	+ 363,6
Outros Investimentos	10,0	5,8	+ 72,4
Total de investimentos	183,7	112,6	+ 63,1

6 - Mudança e serviços prestados pelo auditor independente

Em 29 de maio de 2014, o Conselho de Administração da Cemat aprovou a alteração do auditor independente da Companhia, que passou a ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A remuneração do auditor anterior BDO RCS Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Cemat em nove meses de 2014 foi de R\$ 190,0 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis e de R\$ 40,9 mil para a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S/A - CEMAT
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/09/2014	31/12/2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	148.719	128.026
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	408.653	-
Consumidores e concessionárias	467.274	413.324
Títulos de créditos a receber	3.106	3.721
Estoques	10.328	11.031
Impostos a recuperar	12.488	27.572
Baixa renda	60.418	13.373
Outros créditos	91.281	93.735
Total do circulante	1.202.267	690.782
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Consumidores e concessionárias	56.229	66.241
Títulos de créditos a receber	50.258	50.258
Impostos a recuperar	40.061	40.049
Créditos tributários	42.723	23.329
Cauções e depósitos vinculados	45.700	41.259
Instrumentos financeiros derivativos	1.497	-
Contas a receber da concessão	822.434	737.080
Outros	58.158	192.601
	1.117.060	1.150.817
Investimentos	6.385	6.397
Imobilizado	1.722.959	1.765.853
Total do não circulante	2.846.404	2.923.067
Total do ativo	4.048.671	3.613.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S/A - CEMAT
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	30/09/2014	31/12/2013
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	206.696	446.087
Encargos de dívidas	60.080	52.541
Empréstimos e financiamentos	182.083	401.102
Debêntures	65.848	191.670
Folha de pagamento	869	1.209
Tributos e contribuições sociais	163.685	136.864
Dividendos	144	19.625
Obrigações estimadas	15.706	12.910
Encargos do consumidor a recolher	171.879	286.471
Taxa de iluminação pública arrecadada	12.311	9.763
Benefícios a empregados - plano de pensão	706	157
Outras contas a pagar	54.540	57.898
Total do circulante	934.547	1.616.297
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	351.140	-
Empréstimos e financiamentos	331.542	498.339
Debêntures	447.067	96.003
Tributos e contribuições sociais	50.334	209.376
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	202.097	168.635
Benefícios a empregados - plano de pensão	17.798	14.896
Outros	489.412	254.982
Total do não circulante	1.889.390	1.242.231
Patrimônio líquido		
Capital social	1.118.910	710.197
Outros resultados abrangentes	144.960	157.363
Lucros/Prejuízos acumulados	(39.136)	(50.615)
Total do patrimônio líquido	1.224.734	816.945
Total do passivo e patrimônio líquido	4.048.681	3.613.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S/A - CEMAT
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 2013
 (Em milhares de reais)

	9M14	9M13
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	2.272.944	1.937.579
Suprimento de energia elétrica	153.183	72.225
Disponibilidade do sistema elétrico	102.995	65.725
Receita de construção	219.092	252.324
Outras receitas	161.145	113.721
	2.909.359	2.441.574
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	555.485	475.187
PIS, Cofins e ISS	247.777	208.969
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	52.349	34.509
	855.611	718.665
Receita operacional líquida	2.053.748	1.722.909
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	107.582	108.941
Material	28.001	30.288
Serviços de terceiros	170.036	162.465
Energia elétrica comprada para revenda	1.074.242	855.559
Transporte de potência elétrica	86.649	100.301
Depreciação e amortização	86.216	85.748
Provisão para contingências /devedores duvidosos	34.336	200.518
Custo de construção	219.092	252.324
Outras despesas / receitas	83.605	43.721
	1.889.759	1.839.865
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	163.989	(116.956)
Receita (despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	28.243	6.487
Acréscimo moratório de energia vendida	19.804	18.437
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	75.185	44.969
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	11.913	18
Outras receitas financeiras	55.183	47.263
Encargos de dívidas - juros	(111.680)	(95.044)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(46.480)	(76.615)
(-) Transferência para ordens em curso	2.561	(5.988)
Ajuste valor presente de ativos	1.222	231
Outras despesas financeiras	(195.938)	(97.417)
	(159.987)	(157.659)
Resultado antes dos impostos	4.002	(274.615)
Contribuição social e imposto de renda	(4.927)	17.261
Prejuízo do período	(925)	(257.354)
Prejuízo por ação do capital social - R\$	(0,01)	(2,17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br

Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT
Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 30 de setembro de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Companhia" ou "CEMAT"), é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. ("REDE") - em "Recuperação Judicial", que atua na área de distribuição de energia elétrica além da geração própria por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão legal que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.358 km², atendendo 1.258.578 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes) em 141 municípios, sendo as cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop com maior número de clientes, nessa ordem. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que é vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 16, 25 e 31, respectivamente

1.1. Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.647 ("Resolução"), de 31 de agosto de 2012, determinou, cautelarmente, a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, contado da edição da referida resolução, que poderia ser prorrogada a critério da ANEEL.

Através da Resolução Autorizativa n.º 4.282, de 20 de agosto de 2013, a ANEEL prorrogou, pelo prazo de 2 (dois) anos, a intervenção administrativa na CEMAT, determinada pela Resolução Autorizativa n.º 3.647 de 31 de agosto de 2012, continuando inalteradas as disposições anteriores.

Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622 que decretou o fim da intervenção federal na CEMAT. A conclusão do processo foi condicionada à lavratura da transferência das ações nos livros societários das empresas que compõem o compromisso de compra e venda e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Concessionária (ver nota 1.4).

1.2. Plano de Recuperação da CEMAT

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, determinou a intervenção administrativa na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, pelo prazo de 1 (um) ano, que poderia ser prorrogada a critério da ANEEL. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora.

Esse plano foi baseado na premissa de entrada de novo controlador, com aporte de novos recursos na Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial". Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial", injetaria diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A., recursos na CEMAT.

Em 01 de Outubro de 2013, a Rede Energia S.A. apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 11 de julho de 2013.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação da CEMAT apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. Em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o Grupo Energisa deverá comprovar o aporte dos recursos previstos nos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 28 de Janeiro de 2014, a Resolução Autorizativa n.º 4.510, anuiu a transferência do controle societário da Rede Energia e definiu que a nova controladora deverá observar a expressa vedação para a transferência de recursos via mútuo das distribuidoras para qualquer holding, protegendo assim o serviço público de eventuais percalços financeiros.

Diante do compromisso dos financiadores para aportar recursos na holding, a serem repassados às distribuidoras nas mesmas condições originais pactuadas, ficam autorizadas as necessárias operações de mútuo no exercício de 2014, tendo como mutuárias as concessionárias de distribuição.

Com o fim da intervenção passa a vigorar na CEMAT o regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que está condicionado ao aporte dos recursos previstos nos planos para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O regime excepcional resolve:

- Autorizar a revisão extraordinária dos limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, para a CEMAT;
- Autorizar a destinação dos recursos das compensações por violação dos limites de qualidade referentes à continuidade do serviço de que trata o item 5.11 da seção 8.2 do Módulo 8 do PRODIST, até sua próxima revisão tarifária, para a realização de investimentos na área de concessão;
- Prorrogar o prazo de incorporação das redes particulares que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa n.º. 229, de 8 de agosto de 2006, para 31 de dezembro de 2016;

- Autorizar a Eletrobrás a conceder parcelamento de débitos relativos às quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, em até 60 (sessenta) parcelas;
- Anuir o pedido da Eletrobrás do parcelamento dos débitos relativos às quotas mensais de Itaipu;
- Autorizar que os débitos originários de multas com exigibilidade suspensa pelo Despacho nº 1.493, de 14 de maio de 2013, possam ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;
- Autorizar o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente de orientação, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico/comercial, cujos termos de notificação sejam emitidos até 31 de dezembro de 2015.

1.3. Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19 de dezembro de 2012, a acionista direta da CEMAT, Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial" e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE") em "Recuperação Judicial" e a QMRA Participações S.A. ("QMRA") em "Recuperação Judicial" tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a serem instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estavam sujeitos às modificações que poderiam ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Em 09 de setembro de 2013, o juiz responsável pela recuperação judicial da Rede Energia S/A - "Em Recuperação Judicial", aprovou o plano deliberado em assembleia de credores do grupo em 5 de julho.

1.4. Compromisso de Investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a controladora Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial" publicou fato relevante ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, compromete-se a transferir à Energisa S.A. a totalidade de suas ações de emissão da REDE e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. - em recuperação judicial e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, participações societárias essas que conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da REDE e, por consequência, das demais sociedades do Grupo, inclusive das distribuidoras de energia.

O compromisso assinado reflete o plano de recuperação judicial votado na assembleia geral de credores realizada na mesma data. A efetiva conclusão do negócio estava sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis (vide nota 1.3); (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à homologação do plano de recuperação judicial apresentado na assembleia geral de credores de 05 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com sociedades relacionadas (vide nota 1.3).

Em publicação no diário oficial da União de 16 de outubro de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou, sem restrições a aquisição, pela Energisa, do controle acionário da Rede Energia - "Em Recuperação judicial".

A transferência das ações do controle acionário da Companhia foram lavradas em 11 de abril de 2014, após atendidas todas as condições precedentes, e em 14 de abril de 2014 foram eleitos os novos administradores da Companhia.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias (informações trimestrais)

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013"), publicadas na imprensa oficial em 11 de Fevereiro de 2014.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;
- Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas. O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a);
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (a);
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (b).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2016.

3.2. Reapresentação de créditos fiscais diferidos e cauções

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no período findo em 30 de setembro de 2014, foram feitas reclassificações nos saldos finais de 31 de dezembro de 2013 em relação aos originalmente

publicados nas notas de tributos diferidos, cauções e depósitos vinculados, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, conforme segue:

	31/12/2013		
	Publicado	Reclassificado	Reapresentado
Ativo			
Ativo Circulante	690.782		690.782
Ativo Não Circulante			
Tributos Diferidos	126.212	(102.883)	23.329
Cauções e depósitos vinculados	-	41.259	41.259
Outros Realizável a Longo Prazo	1.086.229	-	1.086.229
Investimento	6.397	-	6.397
Intangível	1.765.853	-	1.765.853
Total do Ativo Não Circulante	2.984.691	(61.624)	2.923.067
Total do Ativo	3.675.473	(61.624)	3.613.849
Passivo			
Passivo Circulante	1.616.297		1.616.297
Passivo Não Circulante			
Tributos Diferidos	102.883	102.883	-
Empréstimos e Financiamentos	473.827	(34.096)	507.923
Financiamento por arrendamento financeiro	24.512	(7.163)	31.675
Outros Passivos Não Circulante	641.009	-	641.009
Total do Passivo Não Circulante	1.242.231	61.624	1.180.607
Patrimônio Líquido	816.945	-	816.945
Total do passivo e Patrimônio Líquido	3.675.473	61.624	3.613.849

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 - Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
BRDESCO	CDB	30/12/2014	20% CDI	360	753
CEF	CDB	30/12/2016	100,50%	30.154	38.149
ITAU	CDB	30/12/2014	20% CDI	299	5.502
SAFRA	CDB	30/12/2014	10% CDI	-	1.974
SANTANDER	CDB	01/06/2017	103,20% do CDI	76.818	33.586
BASA	CDB	07/04/2016	100% CDI	-	6.371
BRASIL	CDB	08/07/2017	95 a 97,5% do CDI	-	700
BVA	CDB	05/11/2013	70% do CDI	-	17
ITAU	CDB	31/12/2015	101,5% CDI	1.276	-
				108.907	87.052
Caixas e depósitos bancários				39.812	40.974
Total caixa e equivalente de caixa				148.719	128.026

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

b.1-Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	30/09/2014	31/12/2013
		-		46.174	-
BRASIL (2)	CDB	08/11/2017	95 a 97,5% do CDI	1.279	-
SANTANDER	CDB	30/12/2016	102,10% do CDI	8	-
CEF - LPT	CDB	04/09/2019	100,5% do CDI	16.804	-
BRADESCO - FUNDO		25/02/2016		10.512	-
ITAU - FDIC				17.571	-
Caixa FI Energisa (3)	Fundo de Investimento	-		44.302	-
Caixa FI Energisa	LFT	01/03/2018	SELIC	1.814	-
Caixa FI Energisa	NTN	15/05/2045	IPCA	3.053	-
Caixa FI Energisa	DEBÊNTURES	15/04/2016	122,11% do CDI	2.031	-
Caixa FI Energisa	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	109,0% a 113,0% do CDI e IPCA+5,7%	17.430	-
Caixa FI Energisa	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	106,0% a 109,0% do CDI	19.974	-
FIM Zona da Mata (3)	Fundo de Investimento	-		318.177	-
FIM Zona da Mata	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 115,0 do CDI	51.962	-
FIM Zona da Mata	DEBÊNTURES	15/07/2019 24/12/2014 a	IPCA + 9,23%	3.212	-
FIM Zona da Mata	Compromissada	17/06/2016 10/07/2015 a	100,5% a 103,2% do CDI	78.726	-
FIM Zona da Mata	DPGE	21/12/2015 04/05/2015 a	107,5% a 113% do CDI	17.357	-
FIM Zona da Mata	LF	24/05/2021	105,5% a 114,0% do CDI	23.413	-
FIM Zona da Mata	CCB	24/02/2017	CDI + 6,1677%	16.521	-
FIM Zona da Mata	Nota Promissória	26/01/2015	CDI + 2,25%	30.272	-
FIM Zona da Mata	Fundos de Renda Fixa	-	Benchmark CDI	33.642	-
FIM Zona da Mata	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	SELIC	48.354	-
FIM Zona da Mata	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	IPCA e IGPM	8.335	-
FIM Zona da Mata	Fundos Multimercados	-	Benchmark CDI	6.383	-
				408.653	-
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				408.653	-
Total Caixa e equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				557.372	128.026

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Inclui R\$1.279 em 30 de setembro de 2014 referente recursos vinculados a leilões de energia.

(3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, Depósito a prazo - DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos Vencidos (1)	Vencidos					30/09/2014	31/12/2013
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		
Residencial	50.952	36.887	4.921	2.206	3.466	11.811	110.243	110.213
Industrial	35.769	6.458	519	431	1.360	9.851	54.388	47.530
Comercial	38.680	12.957	2.060	1.166	1.634	8.679	65.176	64.540
Rural	28.299	3.884	817	286	546	1.406	35.238	23.327
Poder público:								
Federal	375	1.642	13	12	68	136	2.246	2.012
Estadual	286	211	155	22	9	47	730	1.090
Municipal	89	1.463	468	63	702	10.576	13.361	13.572
Iluminação pública	0	130	102	0	5	9.967	10.204	10.368
Serviço público	1.280	3.884	1.734	2.040	3.303	76.492	88.733	79.824
Parcelamento energia (faturas novadas)	37.971	2.489	1.334	4.132	7.091	87.818	140.835	140.627
(-) Ajuste a valor presente (2)	(1.019)	-	-	-	-	-	(1.019)	(1.181)
Subtotal - consumidores	192.682	70.005	12.123	10.358	18.184	216.783	520.135	491.922
Concessionárias (3)	1.472	-	6.866	-	-	-	8.338	11.868
Fornecimento não faturado	124.442	-	-	-	-	-	124.442	95.482
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	30.752	1.890	491	286	534	5.637	39.590	43.987
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.945)	-	-	(3.080)	(6.958)	(168.220)	(181.203)	(175.895)
Total	358.604	71.895	19.480	7.564	11.760	54.200	523.503	479.565
Circulante							467.274	413.324
Não circulante							56.229	66.241

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.506 de 05 de abril de 2013), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$6.866 (R\$10.396 em 31 de dezembro de 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$ 30.769 (R\$6.971 em 31 de dezembro de 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$ 2.135 (R\$4.629 em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2014	31/12/2013
Créditos vencidos	-	7.434
Créditos vencidos	6.866	2.962
	6.866	10.396
(-) Aquisições de energia na CCEE	30.769	6.971
(-) Encargos de serviços do sistema	2.135	4.629
	(26.038)	(1.204)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para Companhia valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida no passivo.

7. Títulos de créditos a receber

	30/09/2014	31/12/2013
Rendas a receber	7.165	5.538
Outros títulos a receber	3.106	3.721
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	50.258	50.258
	60.529	59.517
Circulante	10.271	9.259
Não circulante	50.258	50.258

(1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está no 16º (26º em dez/2013) lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá (informação não revisada pelos auditores independentes).

Em 30 de setembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2014	10.271
2016 em diante	50.258
Total	60.529

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2012 e 31/12/2013	175.895	71.369
Complemento da provisão	25.625	113.858
Recuperação de perdas	2.641	1.247
Perdas no período/exercício	(22.958)	(10.579)
Saldo - final - circulante - 30/09/2014 e 31/12/2013	181.203	175.895
Consumidores e concessionárias e CCEE	181.203	175.895

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

- Clientes com débitos relevantes.
- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos:
 - ✓ Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
 - ✓ Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
 - ✓ Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
 - ✓ Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e a vencer (considerando a regra acima) e não provisionados em 30 de setembro de 2014 é de R\$51.720 (R\$65.321 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia elétrica para os diversos segmentos de clientes, bem como se há evidência objetiva de perda no recebimento desses créditos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Através da Resolução Homologatória n.º 1.704 de 07 de abril de 2014 e Notas Técnicas n.º 104 de 03 de abril de 2014 e n.º 114 de 07 de abril de 2014, foram reajustadas as tarifas da base econômica da CEMAT em 16,62%, sendo 11,46% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,16% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

As tarifas que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, entraram em vigor no período de 08 de abril de 2014 a 07 de abril de 2015.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2018. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.506 de 05 de abril de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 08 de abril de 2013, foi um aumento de 0,95% (zero virgula noventa e cinco por cento).

10. Impostos a recuperar

	30/09/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	39.786	46.205
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.349	-
Imposto de Renda - IRPJ (2)	5.967	17.324
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (2)	829	3.591
Contribuição do PIS e COFINS	230	117
Outros	388	384
	52.549	67.621
Circulante	12.488	27.572
Não circulante	40.061	40.049

- (1) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses. Está incluso nesta rubrica uma carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao estado de Mato Grosso. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei

9.165/2009 cujo limite para a prestação de contas é 30 de junho de 2015. Após a homologação os créditos serão compensados com ICMS corrente;

- (2) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2014 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento ordinário em curso.

11. Subvenções Eletrobrás e Outros Créditos

	30/09/2014	31/12/2013
Eletrobrás Subvenção Baixa Renda (1)	6.518	5.831
Eletrobrás Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	53.900	7.542
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(8.694)	(9.753)
ICMS - Aquisição de crédito terceiros (5)	11.246	11.136
Aquisição de combustível para conta CCC	15.064	9.448
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	29.801	21.584
Sub-rogação CCC (6)	45.876	53.886
Ordens de serviço em curso - Outros	7.615	6.321
Adiantamentos a fornecedores	5.679	3.476
Créditos a receber de terceiros - alienação de bens e direitos	7.440	6.636
Desativações em curso	1.122	6.828
Bloqueio Judicial	814	3.754
Outros	3.960	6.799
Total	201.888	155.035
Circulante	144.534	101.570
Não circulante	57.354	53.465

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo - inicial circulante - 31/12/2013	5.831	7.454
Subvenção Baixa Renda	31.128	30.899
Ressarcimento pela Eletrobrás	(30.441)	(32.522)
(1) Saldo - final - circulante - 30/09/2014	6.518	5.831

- (2) **Subvenção CDE - desconto tarifário:** A Resolução Homologatória 1.421 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2013, entre outras providências homologa valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CEMAT, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	30/09/2014	31/12/2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	252.565	142.159
Ressarcimento pela Eletrobrás	(198.665)	(134.617)
(2) Saldo - final - circulante - 30/09/2014	<u>53.900</u>	<u>7.542</u>
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	<u>60.418</u>	<u>13.373</u>

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou uma medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1461/2012 - Código 771688).

Em 04.02.2014 foi proferida a decisão recebendo o recurso da CEMAT e intimando a parte contrária a oferecer contrarrazões diante do quadro processual em curso. A companhia, através de seus assessores jurídicos, está acompanhando de perto o andamento do processo.

- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$68.813 que a CEMAT tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$8.694.
- (5) Créditos de ICMS adquiridos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) expedido pelo sitio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a CEMAT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.
- (6) Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:
- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$ 10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013 e R\$5.495 até o 3º trimestre de 2014, totalizando R\$29.467;
 - Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido até o 3º trimestre de 2014 de R\$770.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço

Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A CEMAT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/09/2014	31/12/2013
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	29.467	14.392	16.339
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	770	31.484	37.547
Total		97.301	76.113	30.237	45.876	53.886
Circulante (Principal)					13.753	24.140
Circulante (Variação IGP-M)					1.153	-
Total do Circulante					14.906	24.140
Não Circulante (Principal)					28.573	24.453
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.397	5.293
Total do Não circulante					30.970	29.746

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (57,7% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (82,91%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A partir de 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (51,19%), BBPM (24,29%) e JQMJ (24,52%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,01%), que por sua vez também controla a JQMJ (99,99%).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

Relacionamento	Trimestre findo em:		Período findo em:		
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013	
Transações de mútuos:					
Receitas financeiras	-	6.494	5.459	7.089	
Receita de uso da rede elétrica (a):					
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	329	392	1.083	1.461
Custo na compra de energia elétrica (a):					
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	(22.973)	(26.094)	(54.270)	(69.826)
Custo de prestação de serviços:					
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Grupo Econômico	-	-	-	(1.326)

Relacionamento	No período findo em:		
	30/09/2014	31/12/2013	
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	1.124
Total Controladora		-	1.124
Empresa Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVF)	Grupo Econômico	-	60
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	-	11
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	-	12
Total		-	83
Conta corrente (b):			
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Grupo Econômico	-	8.514
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (EEB)	Grupo Econômico	-	10.040
Total		-	18.554
Alienações de bens e direitos (c):			
Rede Power do Brasil S.A.	Grupo Econômico	-	115.012
Total		-	115.012
Total Grupo Econômico		-	133.649
Total Não Circulante		-	134.773

Conforme disposto no artigo 2º da resolução autorizativa da Aneel n.º 4.463/2013, o Grupo Energisa tinha que comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte inclui a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia, exceto para a quitação dos mútuos relativos à Empresa Elétrica Bragantina que poderá ser efetivada em até 1 (um) ano, limitado ao mês anterior ao término da concessão.

Em 11 de junho de 2014, a Energisa efetuou os aportes para a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Relacionamento		30/09/2014	31/12/2013
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (a):			
Tangará Energia S.A.	Grupo Econômico	7.658	7.908
Total 1		7.658	7.908
Juros sobre capital próprio:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	7.614
Total 2		-	7.614
Total 1+2		7.658	15.522

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal dos negócios, a Companhia compra e vende energia nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado.

(b) Conta corrente

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 (trinta e seis) meses vencendo em 31 de agosto de 2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19 de agosto de 2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 (vinte e quatro) meses com término em 31 de agosto de 2013. Os contratos foram integralmente liquidados após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

(c) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias na Rede Lajeado Energia S.A. e Juruena Energia S.A., de acordo com Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações no valor total de R\$37.414.

Além do contrato acima, a Rede Power do Brasil S.A. assumiu o valor de R\$47.266 referente ao contrato de conta corrente da CELPA - em "Recuperação Judicial" com a CEMAT - vide nota explicativa nº11 (4). O saldo devedor da Rede Power foi integralmente quitado após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa.

O saldo devedor da CELPA - em "Recuperação Judicial" foi amortizado com o recebível que a distribuidora paraense tinha com a Rede Power pela venda de ações da Rede Lajeado S.A e a Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.. Esse direito a receber foi transferido para a CEMAT.

Remuneração dos Administradores

No período findo em 30 de setembro de 2014, a remuneração total dos administradores, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$2.204 (R\$1.638 em 30 de setembro de 2013) e o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$38 (R\$34 em 30 de setembro de 2013). No período findo em setembro de 2014 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Até a data de 14 de abril de 2014 essa rubrica era constituída pela remuneração do Interventor, conforme valor definido na Resolução ANEEL nº 3.647/2012, dos diretores por ele nomeados e do Conselho Fiscal.

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Trimestre findo em:		Período findo em:	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	(5.843)	1.367	(24.321)	-
Impostos diferidos - variação líquida	(7.139)	1.881	19.394	17.261
	(12.982)	3.248	(4.927)	17.261

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Reconciliação para taxa efetiva	Trimestre findo em:		Período findo em:	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	28.087	(139.207)	4.002	(274.615)
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	10.772	298	10.504	27
Multas indedutíveis	34	108	623	195
Doações	-	-	46	91
Efeitos da Lei nº 11.638/2007	252	(3.860)	279	(12.710)
Subtotal	11.058	(3.454)	11.452	(12.397)
Base de cálculo dos impostos	39.145	(142.661)	15.454	(287.012)
Alíquotas	34%	34%	34%	34%
Saldo apurado	(13.309)	48.505	(5.254)	97.584
Créditos sobre incentivos fiscais	327	-	327	-
Créditos Não Constituídos - IN CVM 371/2002	-	(45.257)	-	(80.323)
Receita (despesa) com impostos	(12.982)	3.248	(4.927)	17.261
Taxa efetiva	46,22%	2,32%	123,11%	6,29%

Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

Natureza	30/09/2014		31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	202.093	202.093	168.630	168.630
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	295.043	295.043	283.544	283.544
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	162.441	389.232	229.463	455.965
Ajustes da Lei nº 11.638/2007 (c)	44.330	44.330	43.626	43.626
Estudo IN CVM 371/02 (d)	(332.716)	(566.582)	(374.920)	(601.455)
Outras Provisões (e)	63.895	63.895	20.875	20.875
Base de cálculo dos impostos diferidos	435.086	428.011	371.218	371.185
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	108.771	38.521	92.805	33.407

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda dos créditos a receber de clientes e Banco Daycoval (vida nota 11.3)
- (b) Realização dos lucros
- (c) Realização dos efeitos da Lei nº 11.638/2007
- (d) Estorno Parcial mediante laudo de créditos fiscais diferidos
- (e) Multas e Juros de Mora estimados nas incorporação de redes de particulares e Provisão para perdas de materiais em estoque.

Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa apresentam diferença em função da utilização do saldo para abatimento nos encargos de IRPJ consolidados no parcelamento da lei 11.941/2009.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2023 conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização dos Créditos
2014	11.568
2015	17.774
2016	16.108
2017	16.830
2018	20.015
2019 a 2023	64.997
Total	147.292

Passivo Fiscal Diferido

Diferenças temporárias:	Não circulante			
	30/09/2014		31/12/2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Ajustes da Lei 11638/07 (a)	73.206	73.206	49.454	49.454
Reserva de reavaliação	234.351	234.351	253.141	253.141
Base de cálculo dos impostos diferidos	307.557	307.557	302.595	302.595
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Total dos tributos diferidos	76.889	27.680	75.649	27.234
Saldos Líquidos dos créditos fiscais diferidos	31.882	10.841	17.156	6.173

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Realização dos efeitos da Lei 11638/2007

Movimentação dos tributos diferidos

Imposto de renda	31/12/2013	Reconhecidos no resultado	30/09/2014
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	42.158	8.365	50.523
Provisão outras perdas estimadas	5.219	10.755	15.974
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	70.886	2.875	73.761
Prejuízos fiscais	57.366	(16.756)	40.610
Encargos de reavaliação	(63.285)	4.697	(58.588)
Ajustes da Lei 11.638/2007	(1.457)	(5.762)	(7.219)
Estudo IN CVM 371/02	(93.732)	10.553	(83.179)
Total IRPJ	17.155	14.727	31.882

Contribuição social	31/12/2013	Reconhecidos no resultado	30/09/2014
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	15.177	3.011	18.188
Provisão outras perdas estimadas	1.879	3.872	5.751
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.519	1.035	26.554
Base negativa	41.037	(6.006)	35.031
Encargos de reavaliação	(22.783)	1.691	(21.092)
Ajustes da Lei 11.638/2007	(525)	(2.074)	(2.599)
Estudo IN CVM 371/02	(54.130)	3.138	(50.992)
Total CSLL	6.174	4.667	10.841
Total Geral	23.329	19.394	42.721

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia fará a adoção ao novo regime a partir de 2015.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 30 de setembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$11.398.

Em abril de 2013, a CEMAT concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2018. Esse laudo foi a base utilizada pela Companhia para efetuar a reversão do saldo de reavaliação até então constituído. Abaixo está demonstrado o movimento desse ativo no período.

(1) = Ativo Financeiro	R\$
Laudo do VNR - 3º CRTP	868.096
(-) Saldo 2º Ciclo Movimentado	(846.494)
	21.602
(2) = Obrigações Especiais	R\$
Saldo 2º Ciclo Movimentado	(228.496)
Laudo do VNR - 3º CRTP	(237.050)
	(8.554)
(1) + (2) = Ganho no Ajuste do VNR	13.048

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no grupo de ativos não circulante. Em 30 de setembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/09/2014	31/12/2013
Ativo financeiro custo corrigido - 31/12/2013 e 31/12/2012	737.080	801.165
Adições no período/exercício (*)	77.721	(123.222)
Baixas no período/exercício	(3.765)	9.372
Subtotal	811.036	687.315
Atualização contas a receber da concessão - VNR	11.398	49.765
Ativo financeiro custo corrigido -30/09/2014 e 31/12/2013	822.434	737.080

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão.

15. Investimentos

Propriedades para investimentos avaliadas a custo	30/09/2014	31/12/2013
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.147	4.152
Terrenos	1.385	1.385
Outros investimentos	853	860
Total	6.385	6.397

16. Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo			Transferências	Amortização	Saldo 30/09/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas			
Custo						
Em serviço:						
Geração	9.423	-	(65)	-	-	9.358
Distribuição	3.182.328	-	(32.507)	122.687	-	3.272.508
Comercialização	5.075	-	-	4	-	5.079
Administração	116.378	-	(4.693)	4.697	-	116.382
Subtotal em serviço	3.313.204	-	(37.265)	127.388	-	3.403.327
Em curso:						
Geração	(5.107)	-	27	-	(315)	(5.395)
Distribuição	(1.248.628)	-	17.611	-	(117.649)	(1.348.666)
Comercialização	(3.653)	-	-	-	(184)	(3.837)
Administração	(66.950)	-	3.797	-	(8.956)	(72.109)
Subtotal amortização	(1.324.338)	-	21.435	-	(127.104)	(1.430.007)
Em curso:						
Geração	45	-	(36)	-	-	9
Distribuição	507.098	208.794	(115.388)	(122.608)	-	477.896
Comercialização	-	4	(1)	(3)	-	-
Administração	5.075	7.087	(607)	(4.777)	-	6.778
Subtotal em curso	512.218	215.885	(116.032)	(127.388)	-	484.683
Total Intangível	2.501.084	215.885	(131.862)	-	(127.104)	2.458.003
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em serviço	(831.433)	(1.984)	-	(16.042)	-	(849.459)
Amortização	182.868	-	-	-	33.210	216.078
Em curso	(86.666)	(42.832)	11.793	16.042	-	(101.663)
Subtotal das Obrigações Especiais	(735.231)	(44.816)	11.793	-	33.210	(735.044)
Total Geral	1.765.853	171.069	(120.069)	-	(93.894)	1.722.959

As baixas totalizaram no período R\$120.069, sendo R\$77.721 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$42.348 referente às baixas do ativo em serviço do período.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 30 de setembro de 2014, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,89% (3,89% em 31 de dezembro de 2013). Segue o detalhamento das taxas de amortização:

Taxas anuais de amortização %			
Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Banco de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	14,29
Chave de distribuição	3,33 - 6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	2,70 - 3,57		
Estrutura do sistema	2,70 - 3,57		
Regulador de tensão	3,45 - 4,35		
Transformador de distribuição	3,70 - 4,00		

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2014	31/12/2013
Contribuições do consumidor	169.290	172.809
Participação da União - recursos CDE	14.603	14.603
Participação do Governo do Estado	7.512	7.516
Participação dos Municípios	4.452	4.167
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	361.606	359.468
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	336	336
Universalização do serviço público de energia elétrica	297.325	271.267
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	18.891	9.409
Outros	77.107	78.523
(-) Amortização acumulada	(216.078)	(182.867)
Total	735.044	735.231
Alocação:		
Infraestrutura - Intangível em serviço	633.382	648.566
Infraestrutura - Intangível em curso	82.771	77.256
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	18.891	9.409
Total	735.044	735.231

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica. As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em agosto de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem

sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais.

Em 30 de setembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$18.891 (R\$9.409 em 31 de dezembro de 2013).

A ABRADDE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	183.051	112.947	70.104
Transmissão	1.795	2.677	(882)
Distribuição	1.208.244	815.424	392.820
Administração	43.444	37.265	6.179
Total	1.436.534	968.313	468.221
Impostos diferidos			(156.358)
Reavaliação anterior			150.728
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciables			(7.667)
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(300.252)
Reserva de reavaliação própria registrada no patrimônio líquido em 30/09/2014			154.672

O efeito da realização da reavaliação no resultado no período findo em 30 de setembro de 2014, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$12.403 (R\$20.468 em 30 de setembro de 2013), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

17. Fornecedores

	30/09/2014	31/12/2013
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	474.279	384.579
CCEE	30.769	6.971
Encargos de serviços do sistema - CCEE	2.135	4.629
Uso da rede básica (1)	3.485	2.320
Energia livre	7.860	7.860
Combustível (2)	2.011	1.599
Materiais e serviços e outros (3)	37.297	38.129
Total	557.836	446.087
Circulante	206.696	446.087
Não Circulante	351.140	-

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Do montante, R\$351.140 (R\$295.299 em 31 de dezembro de 2013) representa parcelamento dos débitos com Eletrobrás referente ao repasse Itaipu, consolidado em agosto de em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal.
2. Refere-se à aquisição de combustível da CCC - Conta de Consumo de Combustível, para as Usinas Térmicas da Guariba, Paranorte e Rondolândia.
3. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	30/09/2014	31/12/2013
BASA	-	-	-	-	30.287
BRADESCO	-	-	-	-	189.407
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	9.079	19.828	32.496	61.403	63.324
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	4	49	340	393	429
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	1.768	11.091	-	12.859	12.661
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	3.141	11.389	3.164	17.694	19.081
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	8.018	22.903	19.086	50.007	52.563
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	6.781	16.118	21.938	44.837	46.480
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	16.219	30.890	35.180	82.289	84.972
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	-	592	-	592	3.254
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	13.659	25.251	58.919	97.829	100.353
FIBRA/BTG	83	10.872	-	10.955	19.911
FIBRA	-	-	-	-	4.721
ITAÚ - CCB 100112080005200	42	5.480	9.133	14.655	18.766
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	-	-	-	-	30.264
ITAÚ BBA	-	-	-	-	36.599
JP MORGAN	39	14.857	24.762	39.658	50.830
MERRILL LYNCH	-	-	-	-	20.785
SAFRA	-	80	47	127	187
SANTANDER	254	-	32.000	32.254	34.792
SOCIETE - SG	-	-	-	-	6.484
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Bradesco	-	-	-	-	(2.175)
Total empréstimos e financ. - moeda nacional	59.087	169.400	237.065	465.552	823.972
HP - 04365ER14V6	1	42	-	43	79
Total leasing - moeda nacional	1	42	-	43	79
Total geral em moeda nacional	59.088	169.442	237.065	465.595	824.051
BID - SUBCREDITO A	-	-	-	-	85.319
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO (1)	131	-	20.271	20.402	19.424
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR (1)	826	-	29.052	29.878	28.095
TESOURO NACIONAL - 4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO (1)	-	-	-	-	1.199
MERRILL LYNCH - OP. 22239	29	8.912	14.855	23.797	-
Total empréstimos e financ. - moeda estrangeira	986	8.912	64.178	74.076	134.037
CESSNA FINANCE (1)	6	3.728	30.299	34.033	35.049
Total leasing - moeda estrangeira	6	3.728	30.299	34.033	35.049
Total geral em moeda Estrangeira	992	12.640	94.477	108.109	169.086
Total geral da dívida	60.080	182.082	331.542	573.704	993.137

1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$45.700 em 30 de setembro de 2014 (R\$41.259 em 31 de dezembro de 2013).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
BASA	08/06/2017	MENSAL	AVAL DENERGE/JORGE /REDE/QMRA	94	CDI	4,91 a 7,44%	15,71 a 18,24%
BRDESCO	10/05/2017	MENSAL	AVAL REDE ENERGIA E DR. JORGE		CDI	2 a 3,38%	
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	30/08/2020	MENSAL	Recebíveis Livre de Garantias	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96 ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	15/08/2022	TRIMESTRAL		313	PRÉ	8,00%	8,00%
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	30/04/2013	MENSAL	Recebíveis	158	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	30/03/2018	MENSAL	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	30/10/2019	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	7,00%
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	30/11/2014	MENSAL	Recebíveis	77	PRÉ	6,50%	6,50%
FIBRA/BTG	28/02/2022	MENSAL	Recebíveis Cessão Subrogação CCC Proj Cessão Aval Cessão	143	PRÉ	6,00%	6,00%
FIBRA	11/08/2015	MENSAL	Subrogação CCC Proj Cessão Aval	60	CDI	4,43%	15,23%
FIBRA	11/01/2017	MENSAL	Proj Cessão Aval	77	CDI	4,43%	15,23%
HP - 04365ER14V6	16/04/2015	MENSAL	Aval Livre de Garantias	36	CDI	0,00%	10,80%
ITAÚ - CCB 100112080005200	22/05/2017	MENSAL	Garantias	57	CDI	2,00%	12,80%
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	08/05/2017	MENSAL	Recebíveis	56	CDI	3,90%	14,70%
ITAÚ BBA	22/05/2017	MENSAL	Sub rogação CCC	100	CDI	4,90%	15,70%
JP MORGAN	26/05/2017	MENSAL	Recebíveis Livre de Garantias	53	CDI	2,00%	12,80%
MERRILL LYNCH	04/05/2017	MENSAL	Garantias Livre de Garantias	52	CDI URTJL	2,00% 3,90 a	12,80% 8,90 a
SAFRA	15/04/2016	MENSAL	Garantias	59	P	6,50%	11,50%
SANTANDER	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis + Aval Livre de Garantias	60	CDI	2,28%	13,08%
SOCIETE - SG	26/05/2017	MENSAL	Garantias	53	CDI	2,00%	12,80%
BID - SUBCREDITO A	15/05/2015	TRIMESTRAL	Recebíveis + Aval		PRÉ	9,86%	
CESSNA FINANCE	29/09/2020	TRIMESTRAL	Depósito Caução	120	PRÉ	6,75%	6,75%
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP- BÔNUS DESCONTO	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	LIBOR	0,81%	1,13%
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP- BÔNUS AO PAR	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	PRÉ	6,00%	6,00%
TESOURO NACIONAL - 4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO	15/04/2014	SEMESTRAL	Recebíveis		PRÉ	8,00%	
MERRILL LYNCH - OP. 22239	04/05/2017	MENSAL	Fiança	32	LIBOR	1,50%	

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos períodos:

Moeda/indicadores	30/09/2014	31/12/2013
US\$ x R\$	4,63%	14,64%
TJLP	3,73%	5,00%
SELIC	7,90%	8,22%
CDI	7,83%	8,06%
IPCA	4,61%	5,91%
IGP-M	1,75%	5,53%

Em 30 de setembro de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2015	18.067
2016	80.022
2017	66.332
2018	48.719
2019	32.322
Após 2019	86.080
Total	331.542

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldo em 31/12/2013 e 31/12/2012	993.137	947.478
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	24.120	21.834
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	68.010	124.441
Pagamento de principal	(454.715)	(38.506)
Pagamento de juros	(56.848)	(62.110)
Saldo em 30/09/2014 e 31/12/2013	573.704	993.137
Circulante	242.162	453.539
Não circulante	331.542	539.598

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	
Data de emissão	15/04/2010	07/04/2011	19/10/2011	15/05/2014	
Data de vencimento	15/05/2017	07/04/2016	20/12/2021	17/05/2021	
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante	
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%	
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	14,70%	14,55%	13,08%	
Quantidade de títulos	250	98	1000	45000	
Valor na data de emissão	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000	
Títulos em circulação	250	34	1000	45000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	Não há	24 meses	
Data de repactuação	01/08/2012	21/08/2012	14/05/2012	-	
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência	
Valor de Emissão	250.000	98.000	100.000	450.000	
	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 30/09/2014 (1)	44.600	-	-	468.316	512.916
Circulante	44.600	-	-	21.249	65.849
Não circulante	-	-	-	447.067	447.067
Saldos em 31/12/2013 (1)	172.998	21.663	93.116	-	287.777
Circulante	172.998	7.212	11.564	-	191.774
Não circulante	-	14.451	81.552	-	96.003

(1) Em 30 de setembro de 2014 o saldo deduzido de R\$3.895 (R\$3.747 em 31 de dezembro de 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, sendo que o waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2016	51.458
2017	89.466
2018	89.647
2019	89.825
após 2019	126.671
Total	447.067

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	30/09/2014	31/12/2013
Saldos em 31/12/2013 e 31/12/2012	287.777	290.259
Novas emissões de debêntures- 5º emissão	450.000	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	50.444	37.975
Pagamento de principal	(252.915)	(10.222)
Pagamento de juros	(22.390)	(30.235)
Saldos em 30/09/2014 e 31/12/2013	512.916	287.777
Circulante	65.849	191.774
Não circulante	447.067	96.003

20. Arrendamento Mercantil

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$34.076 (R\$35.149 em 31 de dezembro de 2013) referente a veículos, equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + pré (6,75% a.a).

Durante o período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$4.089 (R\$4.089 em 30 de setembro de 2013), como despesa de depreciação e de R\$1.709 (R\$ 1.861 em 30 de setembro de 2013) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos no montante de R\$34.076, será finalizada em 29 de setembro de 2020. Os montantes são de Moeda Nacional - R\$43 (R\$100 em 31 de dezembro de 2013) e Moeda Estrangeira - R\$34.033 (R\$35.049 em 31 de dezembro de 2013).

Em 30 de setembro de 2014 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2014
2014	892
2015	3.857
2016	4.053
2017	4.334
2018	4.634
2019	4.955
Após 2019	11.351
Total	34.076
Circulante	3.777
Não Circulante	30.299

21. Tributos e Contribuições Sociais

21.1. Correntes

	30/09/2014	31/12/2013
ICMS	69.833	53.218
Encargos sociais	2.976	4.593
PIS / COFINS	17.435	13.248
IRRF	663	106
Outros	2.556	1.389
Total I - Circulante	93.463	72.554

21.2. Parcelamentos

	30/09/2014	31/12/2013
PIS / COFINS (1)	105.483	152.267
IRPJ (1)	4.975	6.429
CSSL (1)	3.411	4.017
ICMS (2)	6.246	8.090
ICMS (3)	441	-
Total II	120.556	170.803
Circulante	70.222	64.310
Não circulante	50.334	106.493
Total Geral - Circulante	163.685	136.864
Total Geral - Não Circulante	50.334	106.493

- (1) Em julho de 2012 a Companhia firmou junto a Receita Federal do Brasil - RFB, pedido de parcelamento do PIS, da COFINS, do IRPJ e da CSSL, o qual será quitado em 60 parcelas. O valor de cada parcela será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC. A primeira parcela foi paga em agosto de 2012. O parcelamento ordinário anterior (de PIS e COFINS) está incluso no montante a ser pago. Em 25 de agosto de 2014, a Companhia formalizou a desistência desse parcelamento ordinário e adesão ao parcelamento especial instituído pela Lei 12.996/2014 que está em fase de homologação pela RFB.
- (2) Em setembro de 2013, a Companhia consolidou junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e consecutivas. O valor de cada parcela será atualizada pelo IGPDI, sendo a primeira parcela paga em 13 de setembro de 2013 e a última será paga em agosto de 2016.
- (3) Em Junho de 2014, a Companhia consolidou um parcelamento de ICMS oriundo do Termo de Notificação 705853/630/68/2012, em 10 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 16 de junho de 2014 e a última será paga em março de 2015.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2014
Trabalhistas	20.815	12.171	(9.540)	1.830	25.276
Cíveis	114.904	61.836	(46.903)	8.677	138.514
Fiscais	32.916	3.323	(747)	2.815	38.307
Total	168.635	77.330	(57.190)	13.322	202.097

A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$2.301 (R\$4.363 em 31 de dezembro de 2013) dos quais R\$2.256 (R\$ 4.363 em 31 de dezembro de 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico ser possível ou provável.

Foi pago no exercício (até setembro de 2014) R\$13.374 referentes a acordos judiciais (R\$17.859 no ano de 2013).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras e reflexos, equiparação salarial, acidente de trabalho, sobreaviso e reaviso, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

As ações de natureza cíveis se referem, a discussões por danos envolvendo a distribuição de energia elétrica, como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$318.832 (R\$506.232 em 31 de dezembro de 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem comentários dos consultores jurídicos da Companhia referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$5.415 (R\$3.620 em 31 de dezembro de 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$51.629 (R\$34.942 em 31 de dezembro de 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante R\$261.788 (R\$467.670 em 31 de dezembro de 2013), referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

23. Taxas regulamentares, Obrigação do Programa de Eficiência Energética e Incorporação de Redes Particulares

23.1. Taxas Regulamentares

	30/09/2014	31/12/2013
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	51.670	48.533
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	93.827	79.700
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	74.094	71.277
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	103.007	86.961
Total	322.598	286.471
Circulante	171.879	286.471
Não circulante	150.719	-

Em 12 de agosto de 2014 o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, sendo nas 24 primeiras, amortização apenas dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, amortização do principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas.

23.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	30/09/2014	31/12/2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	792	562
Ministério de Minas e Energia - MME	393	112
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	40.044	35.205
Programa de Eficiência Energética - PEE	76.114	62.920
Total	117.343	98.799
Circulante	37.886	46.891
Não Circulante	79.457	51.908

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

23.3. Incorporação de Redes Particulares

As Resoluções Homologatórias da ANEEL n.º 223/2003, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

24. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$1.118.910 (R\$710.197 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 58.782 mil ações ordinárias e 111.546 mil ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de junho de 2014, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$408.713, com emissão de 51.475 mil novas ações, sendo 17.765 mil ações ordinárias e 33.710 mil ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização do saldo dos recursos destinados a futuro aumento de capital.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

25. Receita operacional

	30/09/2014				30/09/2013			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2014 à 30/09/2014	01/01/2014 à 30/09/2014	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2013 à 30/09/2013	01/01/2013 à 30/09/2013
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	967.589	1.737.888	290.965	814.883	923.815	1.586.374	229.480	711.590
Industrial	22.207	721.499	159.209	414.891	21.259	646.991	146.496	383.600
Comercial	93.608	1.122.082	206.181	577.439	89.017	1.048.326	167.410	512.435
Rural	161.218	691.279	95.692	223.668	159.569	658.686	75.621	185.955
Poder Público:	11.693	238.308	41.470	110.645	11.449	222.530	32.696	99.347
Federal	851	42.683	8.427	21.886	837	39.766	6.308	19.087
Estadual	2.747	103.543	14.661	39.600	2.709	96.021	11.194	34.906
Municipal	8.095	92.082	18.382	49.159	7.903	86.743	15.194	45.354
Iluminação Pública	765	222.473	17.040	47.793	748	205.862	14.252	43.169
Serviço Público	1.210	135.900	20.622	54.097	1.152	130.042	16.569	47.688
Consumo Próprio	288	7.756	-	-	282	7.539	-	-
Subtotal	1.258.578	4.877.185	831.179	2.243.416	1.207.291	4.506.350	682.524	1.983.784
Suprimento	-	149.474	30.960	153.183	-	247.336	(10.118)	72.225
Fornecimento não faturado (líquido)	-	45.434	11.662	29.526	-	31.596	10.297	(18.686)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	916.058	38.858	102.995	-	947.402	9.222	65.725
Receita de Construção (1)	-	-	90.757	219.092	-	-	129.830	252.324
Outras receitas operacionais	-	-	50.314	161.147	-	-	38.650	86.202
Total - receita operacional bruta	1.258.578	5.988.151	1.053.730	2.909.359	1.207.291	5.732.684	860.405	2.441.574
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	205.930	555.485	-	-	167.288	475.187
PIS	-	-	15.688	44.170	-	-	12.166	37.275
COFINS	-	-	72.259	203.448	-	-	56.038	171.693
ISS	-	-	65	159	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.009	8.796	-	-	2.450	6.705
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	9.459	25.275	-	-	4.807	14.421
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, FNDCT e MME	-	-	3.009	8.796	-	-	2.607	7.177
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	3.564	9.482	-	-	3.278	6.207
Total	-	-	312.983	855.611	-	-	248.634	718.665
Total - receita operacional líquida	1.258.578	5.988.151	740.747	2.053.748	1.207.291	5.732.684	611.771	1.722.909

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

26. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	30/09/2014			30/09/2013		
	MWh (**)	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2014 a 30/09/2014	MWh (**)	01/07/2013 a 30/09/2013	01/01/2013 a 30/09/2013
		R\$	R\$		R\$	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	1.005.438	(41.972)	(123.265)	865.290	(35.492)	(99.374)
Energia de leilão	1.166.099	(104.554)	(353.523)	1.178.682	(43.114)	(169.711)
Energia bilateral	2.703.438	(173.656)	(522.979)	2.725.739	(153.739)	(476.624)
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	183.405	(9.118)	(27.102)	184.399	(8.361)	(22.295)
Energia de curto prazo - CCEE	153.294	(226.919)	(195.489)	79.527	(42.474)	(166.356)
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	699.664	(7.026)	(21.377)	681.979	(7.531)	(18.923)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	111.273	(11.735)	(35.206)	104.195	(6.769)	(27.074)
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	158.241	115.378	-	13.428	47.469
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	28.322	89.321	-	24.504	77.329
Total	6.022.611	(388.417)	(1.074.242)	5.819.811	(259.548)	(855.559)

(*) Contempla valor da REN 1585/2013

(**) Não revisado pelos auditores independentes

Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a setembro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	-
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	-
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	24.169
Abril	Despacho nº 1.646 de 02 de junho de 2014	-
Maio	Despacho nº 3.185 de 18 de agosto de 2014	-
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	10.528
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	80.681

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a setembro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por

empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
			30/09/2014 e 31/12/2013
Vida em Grupo	31/12/2014	R\$ 63.000	R\$ 187
Riscos Operacionais (RO)	30/11/2014	R\$ 35.400	R\$355
Responsabilidade Civil Geral (RCG)	30/11/2014	R\$20.000	R\$557
Automóveis - Casco/Danos Materiais e Corporais a Terceiros	30/11/2014	R\$300	R\$221
Aeronáutico (RCF/Casco)	15/10/2014	US\$68.000	US\$37
Aeronáutico	15/10/2014	R\$615	R\$ 5
Transportes	01/10/2014	R\$2.000	R\$ 70
D&O	26/11/2014	R\$ 50.000	R\$ 159

Vida em grupo

Cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente e/ou total por doença ocorrida com empregados.

Riscos Operacionais (RO)

A apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral (RCG)

Cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais.

Automóveis

Cobertura de Colisão, Incêndio e Roubo (casco) e de Danos Materiais, Corporais e Morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Aeronáutico casco/LUC

Casco: garantia ao segurado na perda e/ou avaria da aeronave. LUC - Limite Único Combinado: é o reembolso das obrigações que o segurado vier a ser obrigado a pagar judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos pessoais e/ou materiais e transportados e/ou não transportados.

Transportes

Cobertura garantindo os reparos e/ou reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Seguro de D&O

O objetivo do seguro é o pagamento, a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro, administrador ou diretor da sociedade.

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	148.719	148.719	128.026	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	408.653	408.653	-	-
Consumidores e concessionárias	523.503	523.503	479.565	479.565
Títulos de créditos a receber	60.529	60.529	59.517	59.517
Conta a receber da concessão	822.434	822.434	737.080	737.080
Instrumentos financeiros derivativos	1.374	1.374	-	-
PASSIVO	30/09/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	557.836	557.836	446.087	446.087
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	1.086.620	1.086.620	1.280.914	1.280.914

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e

empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 2ª e a 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	30/09/2014	31/12/2013
Dívida (a)	1.086.620	1.280.914
Caixa e equivalentes de caixa	(148.719)	(128.026)
Dívida líquida	<u>937.901</u>	<u>1.152.888</u>
Patrimônio líquido (b)	1.224.733	816.945
Índice de endividamento líquido	<u>0,77</u>	<u>1,41</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, 19 e 20.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	206.696	-	156.062	195.078	-	557.836
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	228.975	79.036	304.273	261.400	212.936	1.086.620
Parcelamento de tributos	35.331	34.891	50.334	-	-	120.556
Parcelamento de taxas regulamentares	92.836	75.890	66.986	83.733	-	319.445
Total	563.838	189.817	577.655	540.211	212.936	2.084.457

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do grupo Energisa. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	148.719	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	408.653	-
Consumidores e concessionárias	523.503	479.565
Títulos de créditos a receber	60.529	59.517
Conta a receber da concessão	822.434	737.080
Instrumentos financeiros derivativos	1.374	-

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 28.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são

mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,4510/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 30 de setembro de 2014 de R\$1.086.620 (R\$1.280.914 em de 31 de dezembro de 2013), R\$108.110 (R\$169.086 em 31 de dezembro de 2013) estão representados em dólares:

- (i) US\$20,51 milhões de empréstimo com o Tesouro Nacional - DMLP (US\$ 20,12 milhões de principal) cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$50,28 milhões;
- (ii) US\$13,89 milhões de empréstimo com o Cessna Finance (US\$13,88 milhões de principal), cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$34,03 milhões; e
- (iii) US\$9,71 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$9,7 milhões de principal), cujo saldo no final no período, incluindo juros monta em R\$23,8 milhões.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descrito a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro/Taxa	Vencimento	Limitador
Loan 4131 BAML x CEMAT 1	9.697		04/05/2017	-
P. Ativa		Libor + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que esta operação poderá ter sua proteção reestruturada e mesmo seu prazo alongado a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2014	31/12/2013		30/09/2014	31/12/2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- LIBOR	24.047	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(22.673)	-
			Posição Total Swap Com Opções	1.374	-
Swap Cambial com opções - Itaú BBA, Merrill Lynch	22.109	-			

O Valor Justo dos derivativos contratados em 30 de setembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o

valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap com Opções	-		2.386	(3.030)	(8.445)
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	24.047		21.661	27.076	32.492
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(22.673)	Alta US\$	(22.673)	(22.673)	(22.673)
Subtotal	1.374		(1.012)	4.403	9.819
Total Líquido - ganhos (perdas)	-		1.374	1.374	1.374

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (11% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2014 e a TJLP 5% a.a.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$1.374, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$1.374 nos dois cenários.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,33%, TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	517.559	Alta do CDI	31.521	24.673	18.505
Subtotal	517.559		31.521	24.673	18.505
Instrumentos financeiros passivos:					
	(108.109)	Alta do Dólar	(10.347)	(39.961)	(69.575)
	(367.904)	Alta do PRE	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(127)	Alta da TJLP	4	3	3
	(610.481)	Alta da CDI	(8.424)	(26.688)	(44.951)
	-	Alta da IPCA	-	-	-
Subtotal	<u>(1.086.620)</u>		<u>(18.767)</u>	<u>(66.646)</u>	<u>(114.523)</u>
Total	<u>(569.061)</u>		<u>12.754</u>	<u>(41.973)</u>	<u>(96.018)</u>

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/09/2014	31/12/2013
Ativos			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	148.719	128.026
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	408.653	-
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.374	-
Contas a receber da concessão	3	822.434	737.080

29. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de setembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$2.179 (R\$2.194 em 30 de setembro de 2013).

Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$6.423 (R\$5.249 em 30 de setembro de 2013).

30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Após 31/12/2018
2014 a 2046	985.568	990.021	968.288	966.319	966.542	8.996.284

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

31. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à CEMAT a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	4,00	1,66	10/12/1997	10/12/2027

(*) Não revisado pelos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,22% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No período findo em 30 de setembro de 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/09/2014
Atividades operacionais	98.182
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	77.721
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	11.398
Fornecedores	9.063
Atividades de investimentos	9.063
Imobilizado e intangível	9.063

33. Eventos Subsequentes

a. FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Companhia celebrou instrumento particular denominado “Contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças” no valor de R\$351.415 na modalidade de FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios) com vigência de 20 anos. A amortização será em 180 meses com carência de 60 meses. A regra de valoração adotada foi de TR + 7% a.a. O fundo tem como administradora a Caixa Econômica Federal e o Itaú Unibanco S.A. como custodiante e agente centralizador de recebimentos. Os recursos foram disponibilizados em 10 de outubro de 2014.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT
Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)

A Companhia possui registrado nas rubricas contábeis de "consumidores e concessionárias" e "títulos de créditos a receber" os montantes de R\$13.587 mil e R\$50.258 mil, respectivamente, referentes a títulos precatórios emitidos pela prefeitura do município de Cuiabá. Em face a incerteza significativa quanto ao prazo de liquidação e a valorização dos montantes contabilizados, não foi possível concluirmos quanto à realização dos referidos créditos registrados em 30 de setembro de 2014.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota 26, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção administrativa ANEEL

Conforme mencionado nas notas 1.1 e 1.2, em 8 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622, que determinou o fim da intervenção administrativa da ANEEL na Companhia. A conclusão do processo estava condicionada transferência do controle da controladora final e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Companhia. Com o fim da intervenção, passou a vigorar regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que inclui, entre outros, a obrigatoriedade de aporte de recursos pelo novo controlador final através da controladora da Rede Energia S.A., e outras obrigações mencionadas nas referidas notas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transferência de controle do acionário - controlador final

Conforme mencionado nas notas 1.4, em 11 de julho de 2013 foi celebrado compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior e a Energisa S.A., para a transferência da totalidade de suas ações da J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. à Energisa S.A., mediante o cumprimento de algumas condições precedentes. Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes, foi formalizada a transferência do controle dessas empresas para a Energisa S.A.. A transferência das referidas ações conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S.A., controladora da Companhia, e, por consequência, das demais sociedades controladas pela Rede Energia S.A.. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as Informações Trimestrais (ITR)", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores do período correspondente

A revisão das demonstrações do resultado e do resultado abrangentes do períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2013, e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão datado em 31 de outubro de 2013, com ressalva, referentes: (i) continuidade operacional da Companhia, negociação com credores e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; (ii) recuperação dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia; (iii) valores a receber de partes relacionadas sobre a continuidade operacional das sociedades coligadas Empresa Elétrica Bragantina S.A., Caiuá Distribuição de Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A.

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 6 de fevereiro de 2014, com ressalva, referentes: (i) continuidade operacional da Companhia, negociação com credores e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; e (ii) realização dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br